Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	**3**
Balanços patrimoniais	**6**
Demonstrações do resultado	**7**
Demonstrações do resultado abrangente	**8**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	**9**
Demonstrações dos fluxos de caixa	**10**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.

Bom Jesus da Lapa – BA.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Mensuração do ressarcimento a pagar nos contratos de geração de energia elétrica

Veja a Nota 4 (a), 5(d), 13, das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras, saldos de ressarcimentos a pagar por déficit de geração oriundos de contratos de venda de energia nesta modalidade, os quais são apresentados nas rubricas de provisão para ressarcimento, cuja contrapartida é na rubrica de receita de venda de energia elétrica. O cálculo da mensuração dos saldos de ressarcimento a pagar envolve substancialmente dados utilizados baseados em (i) informações históricas, como o volume de geração de energia efetivo (MWh), (ii) dados contratuais, como o volume e preço determinados nos contratos e (iii) dados de mercado, tais como o IPCA e o PLD – Preço de Liquidação e Índices Financeiros por Diferenças. As variações de geração da energia e, consequentemente, seus impactos no reconhecimento da receita oriunda de referidos contratos, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento dos usuários das demonstrações financeiras. Em função da complexidade dos principais dados utilizados na mensuração da provisão para ressarcimento bem como da parcela redutora da receita de venda de energia elétrica, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação da precisão matemática do cálculo da mensuração dos saldos relativos a provisão para ressarcimento, bem como da parcela redutora na receita de venda de energia elétrica. - Avaliação da razoabilidade dos principais dados utilizados no cálculo, incluindo o volume (MWh) e os preços previstos nos termos contratuais, os índices de atualização (IPCA), informações históricas como volume de geração de energia efetivo (MWh) e o PLD – Preço da Líquidação das Diferenças, através do confronto com as respectivas informações nos termos contratuais e do confronto com informações disponibilizadas ao mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). - Avaliação se as divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração da provisão para ressarcimento bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

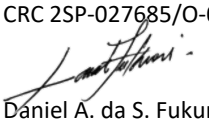
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 “F” SP



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.

Balanços patrimoniais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	**Nota**	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	7	27.383	18.336
Contas a receber	8	2.467	2.703
Impostos a recuperar		25	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		144	139
Adiantamento a fornecedores		107	247
Despesas antecipadas		225	-
Total do ativo circulante		**30.351**	**21.425**
Imobilizado	9	109.979	114.220
Total do ativo não circulante		**109.979**	**114.220**
Total do ativo		**140.330**	**135.645**

Passivo	**Nota**	**2022**	**2021**
Fornecedores	10	189	730
Obrigações fiscais		114	184
Imposto de renda e contribuição social	18	359	507
Debêntures	11	8.047	3.906
Provisão de ressarcimento e cessão a pagar	13	2.416	2.528
Dividendos a pagar	14	570	-
Outras contas a pagar	10	433	524
Total do passivo circulante		**12.128**	**8.379**
Debêntures	11	106.337	111.376
Provisão para desmobilização	12	4.179	3.937
Total do passivo não circulante		**110.516**	**115.313**
Patrimônio líquido	14		
Capital social		15.858	15.092
Reserva de lucros		1.828	-
Prejuízos acumulados		-	(3.139)
Total do patrimônio líquido		**17.686**	**11.953**
Total do passivo e patrimônio líquido		**140.330**	**135.645**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.

Demonstrações de resultados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	15	27.113	22.374
Custos de operação	16	(9.277)	(8.739)
Lucro bruto		**17.836**	**13.635**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(480)	(145)
Outras receitas operacionais		24	54
Outras despesas operacionais		(207)	(184)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**17.173**	**13.360**
Receitas financeiras	17	1.786	1.442
Despesas financeiras	17	(11.964)	(16.656)
Resultado financeiro líquido		**(10.178)**	**(15.214)**
Resultado antes dos impostos		**6.995**	**(1.854)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(1.458)	(1.385)
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		**5.537**	**(3.239)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	5.537	(3.239)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**5.537**	**(3.239)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**23.955**	**100**	**1.431**	**-**	**25.486**
Redução de capital	**14.a**	(13.233)	-	-	-	(13.233)
Integralização de capital	**14.a**	4.370	-	-	-	4.370
Pagamentos de dividendos	**14.d**	-	-	(1.431)	-	(1.431)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.239)	(3.239)
Absorção da reserva legal com prejuízo do exercício		-	(100)	-	100	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**15.092**	**-**	**-**	**(3.139)**	**11.953**
Integralização de capital	**14.a**	766	-	-	-	766
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.537	5.537
Constituição de reserva legal	**14.b**	-	120	-	(120)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	**14.d**	-	-	-	(570)	(570)
Reserva de retenção de lucros				1.708	(1.708)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**15.858**	**120**	**1.708**	**-**	**17.686**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**6.995**	**(1.854)**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercicio com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	9	4.241	4.142
Juros e correção monetária sobre debêntures	11	11.802	16.342
Atualização monetária da provisão para desmobilização	12	242	211
Provisão de ressarcimento	13	(112)	2.528
Lucro ajustado		**23.168**	**21.369**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		236	2.981
Impostos a recuperar		(25)	7
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(5)	(135)
Adiantamento a fornecedores		140	(65)
Despesas antecipadas		(225)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		225	512
Obrigações fiscais		(70)	14
Provisão de ressarcimento e cessão a pagar		-	(311)
Outras contas a pagar		(91)	251
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**23.353**	**24.623**
Pagamento de juros de debêntures	11	(5.194)	(5.928)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.606)	(1.059)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**16.553**	**17.636**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	9	-	(31)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**-**	**(31)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de debêntures	11	(7.506)	(5.890)
Pagamento de dividendos	14.d	-	(1.908)
Redução de capital	14.a	-	(13.233)
Caixa líquido aplicado nas atividade de financiamento		**(7.506)**	**(21.031)**
Aumento/ (Redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		**9.047**	**(3.426)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	18.336	21.762
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	27.383	18.336
		9.047	**(3.426)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. ("Companhia") é uma "SPE", constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Sua controladora direta é a Holding Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. A Companhia foi constituída em 28 de janeiro de 2016, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica solar por fonte fotovoltaica UFV São Pedro II, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o CEG n° UFV.RS.BA.033782-0.01.

O endereço registrado do escritório da Companhia é Fazenda Roça de Dentro, S/N, parte alta do KM 5 da Estrada Municipal com destino ao distrito de Chapada Grande KM 10 da Rodovia BR430 – Zona Rural – Bom Jesus da Lapa – Bahia.

A Companhia participou do 7º leilão para Contratação de Energia de Reserva promovido pela ANEEL em 28 de agosto de 2015 e como vencedora recebeu a autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 27 MW por 35 anos, que compreende o período de 02 de março de 2016 a 02 de março de 2051. O contrato de fornecimento de energia é exclusivo com a CCEE pelo prazo de 20 anos, que compreende o período de 01 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2037 consumindo a garantia física de 8,0 MWm médios da usina. Somente após este período a Companhia poderá negociar a energia gerada em outros ambientes de comercialização. Ao final do prazo de autorização a Companhia poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

O preço por MW em 31 de dezembro de 2022 é de R$450,67 (R$409,44 em 31 de dezembro de 2021) reajustados anualmente pelo IPCA.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de março de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras que são mensuradas ao valor justo.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos e resultados no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº9:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais determinadas pela vida útil estimada do bem. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo de autorização de exploração.

- **Análise de redução ao valor recuperável da Planta fotovoltaica – nota explicativa nº9:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da Planta fotovoltaica.

- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº12:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato.

- **Reconhecimento da provisão de ressarcimento – nota explicativa nº13:** as provisões de ressarcimento são reconhecidas quando a geração da planta for inferior ao montante contratado pela CCEE, conforme relatório de geração da planta.

- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 20:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, liquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- A determinação do preço para cada tipo de transação;
- A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Custo amortizado do passivo financeiro.

d. Provisão de ressarcimento e cessão a pagar

A Companhia detém um contrato de venda de energia de reserva com a CCEE, o qual prevê a entrega de uma quantidade específica de energia ao longo do prazo do contrato. A cada 12 meses a CCEE realiza o levantamento de geração dos últimos 12 meses e compara com o montante de energia contratada para o mesmo período, caso a Companhia tenha gerado energia abaixo do volume previsto no contrato, essa diferença no volume de energia a menor, será valorizada levando-se em consideração o PLD (preço de liquidação de diferenças) vigente e será pago para a CCEE em 12 parcelas subsequentes a este levantamento.

Caso no levantamento da CCEE seja apurado que a Companhia tenha gerado energia acima do previsto no contrato, o Grupo reconhece um contas a receber com a CCEE que será recebido em 12 parcelas subsequentes a este levantamento também considerando-se o PLD vigente.

Tendo em vista este processo, a Companhia realiza o acompanhamento mensal da geração da planta versus a quantidade prevista no mês, com base no histórico de geração fornecido pela equipe comercial, e quando a geração ocorre abaixo da prevista no contrato, é reconhecida uma provisão de ressarcimento a pagar, em caso de geração acima da prevista no contrato, reconhecemos um contas a receber.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

f. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual a Companhia definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 12.

h. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

(a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado);
- ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais a companhia não espera impactos significativos.

A Companhia não adota essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1 º de janeiro de 2024.
Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.
A Companhia monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32 e IAS 12)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Depósitos bancários (i)	7.396	7.239
Aplicações financeiras (ii)	19.987	11.097
Total de caixa e equivalentes de caixa	**27.383**	**18.336**

(i) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(ii) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 101% do índice em 31 de dezembro de 2022 (95,25% em 31 de dezembro de 2021), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber

	2022	2021
Contas a receber de clientes – Receita – CER (a)	2.467	2.241
Contas a receber de clientes – Receita – CER Excedente (b)	-	462
Total do contas a receber	**2.467**	**2.703**

(a) Referem-se ao registro do contrato de energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;

(b) Referem-se ao excedente de energia gerada do contrato de energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, referente ao ano de apuração Agosto de 2020 à Julho de 2021.

9 Imobilizado

Movimentação do ativo imobilizado

Custo de aquisição:	**31/12/2020**	**Adições**	**31/12/2021**	**Adições**	**31/12/2022**
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	123.733	31	123.764	-	123.764
Custo para desmobilização de ativos (a)	2.243	1.148	3.391	-	3.391
Total do custo	**125.976**	**1.179**	**127.155**	**-**	**127.155**
Depreciação acumulada	**31/12/2020**	**Adições**	**31/12/2021**	**Adições**	**31/12/2022**
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	(8.637)	(4.023)	(12.660)	(4.123)	(16.783)
Custo para desmobilização de ativos (a)	(156)	(119)	(275)	(118)	(393)
Total da depreciação acumulada	**(8.793)**	**(4.142)**	**(12.935)**	**(4.241)**	**(17.176)**
Total do imobilizado	**117.183**	**(2.963)**	**114.220**	**(4.241)**	**109.979**

Com base em fatores internos e externos, a Administração da Companhia não identificou qualquer fator que pudesse indicar perda do valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2022.

Os ativos detidos pela Companhia compõem as garantias da operação de debênture, conforme descrito na nota explicativa nº11. a.

(a) Conforme nota explicativa nº12

10 Fornecedores e outras contas a pagar

	2022	**2021**
Contratação de serviços	182	214
Fornecedor partes relacionadas (a)	7	516
Total de fornecedores	**189**	**730**
Outras provisões com serviços (b)	433	524
Total de outras contas a pagar	**433**	**524**
Total de fornecedores e outras contas a pagar	**622**	**1.254**

a) Conforme nota explicativa nº19c.

b) Refere-se basicamente à serviços a faturar de operação e manutenção da planta no valor de R$ 424 e serviços de auditoria no valor de R$ 9.

O saldo de fornecedores e outras contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 20.

11 Debêntures

	2022	2021
Debêntures bancários com garantia		
Saldo inicial	**115.282**	**110.758**
Correção monetária incorridas no exercício (a);(b)	6.628	10.306
Juros incorridos no exercício (a);(b)	5.174	6.036
Pagamento de principal	(7.506)	(5.890)
Pagamento de juros	(5.194)	(5.928)
Saldo final	**114.384**	**115.282**
Circulante	8.047	3.906
Não circulante	106.337	111.376

Em 06 de dezembro de 2019, a Companhia registrou a emissão de 111.278 de Debêntures ao Valor Nominal Unitário (VNU) de R$ 1, totalizando o volume de emissão de R$ 111.278, com prazo de vencimento de 15 anos e um mês contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 06 de janeiro de 2035. Em 31 de dezembro de 2022 o Valor Nominal Unitário atualizado é de R$ 1,028, totalizando o montante da Debêntures de R$ 114.384.

(a) Conforme nota explicativa nº 17.

(b) A variação significativa na correção monetária do exercício e dos juros refere-se ao avanço expressivo do IPCA acumulado no ano, sendo 2022 – 5,62% versus IPCA 2021 10,06%.

As Debêntures foram emitidas e escrituradas pelo Banco Citibank S.A.

O Valor Nominal Unitário (VNU) das Debêntures será amortizado integralmente em 30 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela paga em 15 de junho de 2020 e sua última parcela em 06 de janeiro de 2035. A remuneração será calculada de acordo com os percentuais descritos no cronograma abaixo:

Parcela	Data de amortização	% do VNU atualizado a ser amortizado	Status da parcela	Parcela	Data de amortização	% do VNU atualizado a ser amortizado	Status da parcela
1	15 de junho de 2020	2,75%	Pago	16	15 de dezembro de 2027	5,69%	A vencer
2	15 de dezembro de 2020	2,83%	Pago	17	15 de junho de 2028	6,28%	A vencer
3	15 de junho de 2021	2,87%	Pago	18	15 de dezembro de 2028	6,70%	A vencer
4	15 de dezembro de 2021	2,95%	Pago	19	15 de junho de 2029	7,47%	A vencer
5	15 de junho de 2022	3,10%	Pago	20	15 de dezembro de 2029	8,07%	A vencer
6	15 de dezembro de 2022	3,19%	Pago	21	15 de junho de 2030	9,14%	A vencer
7	15 de junho de 2023	3,37%	A vencer	22	15 de dezembro de 2030	10,06%	A vencer
8	15 de dezembro de 2023	3,49%	A vencer	23	15 de junho de 2031	11,65%	A vencer
9	15 de junho de 2024	3,70%	A vencer	24	15 de dezembro de 2031	13,18%	A vencer
10	15 de dezembro de 2024	3,84%	A vencer	25	15 de junho de 2032	15,84%	A vencer
11	15 de junho de 2025	4,14%	A vencer	26	15 de dezembro de 2032	18,82%	A vencer
12	15 de dezembro de 2025	4,32%	A vencer	27	15 de junho de 2033	24,25%	A vencer

13	15 de junho de 2026	4,69%	A vencer	28	15 de dezembro de 2033	32,01%	A vencer
14	15 de dezembro de 2026	4,92%	A vencer	29	15 de junho de 2034	50,00%	A vencer
15	15 de junho de 2027	5,39%	A vencer	30	15 de dezembro de 2034	100,00%	A vencer

O VNU é atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) + 4,40% a.a., calculado de forma *pro rata tempori*, com base em 252 dias úteis.

(a) Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

As Debêntures serão garantidas por:

- Cessão fiduciária de créditos;
- Alienação fiduciária da Companhia; e
- Alienação fiduciária de equipamentos.

O instrumento de emissão estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativos e quantitativos onde o eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado das Debêntures. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso das Debêntures emitidas pela Companhia, um dos *covenants* pactuados é a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), obtido através da divisão do EBITDA pelo Serviço da Dívida da Companhia, cujo resultado deve se manter igual ou superior à 1,20.

O índice financeiro deve ser apurado pela Companhia anualmente com base nas Demonstrações Financeiras auditadas.

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativas e quantitativas referentes ao contrato de Debêntures são acompanhadas pela Administração da Companhia.

12 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R$ 2.243. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 6,24%.

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração atualizou o estudo de desmobilização do ativo, e passou a reconhecer um acréscimo à provisão no montante de R$ 1.148.

Este montante foi mensurado mediante a subtração do saldo remanescente da provisão, menos a projeção dos custos necessários para desmobilização do ativo até 31 de dezembro de 2035 e descontado a valor presente pela taxa de desconto de 7,74%.

Este acréscimo foi reconhecido em contrapartida ao custo de desmobilização no Imobilizado, conforme nota explicativa nº 9, assim como o valor originalmente reconhecido.

O valor correspondente a desmobilização atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 2.998 (R$ 3.116 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota explicativa nº 9.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi a seguinte:

	2022	2021
Saldo inicial	**3.937**	**2.578**
Adição por remensuração da provisão	-	1.148
Atualização monetária da provisão	242	211
Saldo final	**4.179**	**3.937**

13 Provisão de ressarcimento e cessão a pagar

	2022	2021
Saldo inicial	2.528	311
Provisão para ressarcimento	(112)	2.217
	2.416	**2.528**

Conforme os contratos de fornecimento de energia assinados com a CCEE, a geração abaixo ou acima do contratado gera mensalmente provisões de custos ou receitas. Ao final de cada ano do contrato (12 meses) é realizado a apuração das provisões, resultando em um valor a receber adicional ou um custo a pagar. O saldo acumulado da provisão em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 2.416 (R$ 2.528 em 31 de dezembro de 2021), dos quais, R$ 1.984 referem-se a cessão a pagar e R$ 432 refere-se a provisão corrente acumulada. Os valores são atualizados mensalmente e ao final de 12 meses serão apurados e caso a Companhia permaneça com a geração abaixo do volume contrato, irá reconhecer uma cessão a pagar.

Durante o exercício de 2022, a Companhia estornou R$ 112 referente a provisão de períodos anteriores, não havendo reconhecimento de ressarcimento. No exercício de 2021, ela reconheceu provisão no valor de R$ 2.217.

Ao longo do exercício de 2022 a Companhia gerou 66.468,28 MWh (60.904,87 MWh em 31 de dezembro de 2021). A geração a menor em 2021 refere-se a uma queda na geração energética atrelada principalmente a dois fatores. O primeiro está relacionado ao corte da geração mensal aplicada pela ONS, por conta da limitação da rede de transmissão localizada na região do ativo que tem acontecido sistematicamente em vários parques do nordeste. Em segundo lugar, o efeito climático do La Ninã ocasionou uma menor irradiação no período resultando em menor geração energética e receitas para o projeto.

14 Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social subscrito, autorizado e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 15.858 (R$ 15.092 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 1.585.134.477 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em setembro de 2022 a controladora da Companhia procedeu com aumento de capital a subscrever no montante de R$ 766, mediante conversão do saldo a pagar para junto a controladora Atlas Energia Renovável S.A em Capital Social. A controladora da Companhia, integralizou R$ 4.370 que correspondia ao saldo a pagar para controladora Atlas Energia Renovável S.A na data base 31 de dezembro de 2021.

Em 11 de agosto de 2021 a Companhia procedeu com redução de capital no valor de R$ 13.233 mediante transferência bancária para sua controladora.

b) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou o lucro de R$ 5.537. Em função disso, a Empesa compensou R$ 3.139 referente a prejuízos acumuladose constituiu reserva legal no valor de R$ 120.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou o prejuízo de R$ 3.239. Mediante a este ocorrido a Companhia utilizou o saldo de reserva legal no valor de R$ 100 para amortização parcial do prejuízo acumulado.

c) Dividendos

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R$ 570 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2021), conforme memória abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucros e (prejuízos) acumulados	**(3.139)**	**1.431**
Pagamento de dividendos	-	(1.431)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	5.537	(3.239)
Base de cálculo - Reserva Legal	**2.398**	**(3.239)**
Reserva legal - 5%	(120)	-
Base de cálculo - Dividendos mínimos	**2.278**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	570	-

Adicionalmente, no dia 23 de abril de 2021, a Companhia efetuou o pagamento de R$ 1.908 sendo R$ 477 inerente aos dividendos mínimos obrigatórios destinados no encerramento do

exercício de 2020, e R$ 1.431 mediante a distribuição de dividendos complementares inerentes ao saldo de lucro acumulado do exercício de 2020.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 570 (R$0 em 31 de dezembro de 2021).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia incorreu em prejuízo, e não realizou a destinação de reserva legal e de dividendos mínimos obrigatórios.

d) Reserva de retenção de lucros

Conforme informando na nota explicativa 14 b e c, o saldo residual de R$ 1.708 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2021), resultante da compensação de prejuízos acumulados de 2021, destinação para reserva legal e dividendos mínimos, foi destinado a reserva de retenção de lucros.

15 Receita operacional

A Companhia gera receita apenas pela venda de energia elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas.

	2022	2021
Receita contrato de energia de reserva (CER)	28.141	23.234
Impostos sobre venda	(1.028)	(860)
Total da receita operacional líquida	**27.113**	**22.374**

Devido os eventos comentados na nota explicativa nº 13, a Companhia apurou e liquidou parte das provisões de ressarcimento em 2022 referentes a períodos anteriores.

16 Custos de operação e despesas gerais e administrativas

	2022	2021
a) Custos de operação		
Depreciação	(4.241)	(4.142)
Atualização monetária da provisão de desmobilização	(242)	(211)
Operação e manutenção	(1.931)	(1.660)
Encargo de uso de rede de energia elétrica (c)	(1.654)	(1.383)
Custos compartilhados - partes relacionadas (b)	(408)	(608)
Compromissos sociais e ambientais	(283)	(197)
Custos de locação de terras (a)	(292)	(292)
Seguros	(217)	(182)
Outros custos	(9)	(64)
Total	**(9.277)**	**(8.739)**

b) Despesas gerais e administrativas

	2022	2021

Contabilidade e auditoria	(140)	(161)
Assessoria e advogados	(123)	(209)
Internet	(144)	(133)
Despesas e provisões diversas	(73)	358
Total	**(480)**	**(145)**

a) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

b) Ao longo de 2022 e 2021 a Companhia dispôs de serviços compartilhados das demais empresas e companhias do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 19.

c) Refere-se a custos junto a Coelba (Companhia de Eletricidade da Bahia) provenientes do custo do uso da rede de transmissão.

17 Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.783	501
Juros sobre rendimentos contas a receber	-	810
Variação cambial	3	131
	1.786	**1.442**
Despesas financeiras		
Carta de fiança e despesas bancárias	(156)	(180)
Despesa de juros e correção monetária com debêntures (a)	(11.802)	(16.342)
Variação cambial	(6)	(134)
	(11.964)	**(16.656)**
Resultado financeiro, líquido	**(10.178)**	**(15.214)**

a) Conforme nota explicativa nº 11.

18 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022 o montante remanescente a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R$ 359 (R$ 507 em 31 de dezembro de 2021). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo Lucro Presumido		
	2022	**2021**
Receita bruta	28.141	23.234
Presunção do imposto de renda - 8% (a)	2.251	1.858
Presunção da contribuição social - 12% (b)	3.377	2.788
Receitas financeiras (c) (i)	1.786	1.442
Demais receitas (d) (ii)	25	392

Base de cálculo do IRPJ - (a) + (c) + (d)	**4.062**	**3.692**
Imposto de renda a alíquota de 15%	(609)	(554)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(382)	(369)
Total IRPJ	**(991)**	**(923)**
Base de cálculo da CSLL - (b) + (c) + (d)	5.188	4.622
Contribuição social a alíquota de 9%	**(467)**	**(462)**
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(1.458)**	**(1.385)**

(i) Conforme nota explicativa nº 17.
(ii) Refere-se a demais receitas apresentadas liquidas na nota explicativa nº 16

19 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e o controlador final é a sociedade Global Infrastructure Management LLC..

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 foi realizada pela Atlas Brasil Energia Holding 3 e 2021 pela Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

c. Operações com partes relacionadas

	Contas a receber		Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
(i) Operações intercompany – Nacional						
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. (a)		-	7	516		(332)
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.		-		-		(245)
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.		-		-	(408)	(31)
Total		**-**	**7**	**516**	**(408)**	**(608)**

	Contas a Pagar	
	2022	**2021**
(iii) Dividendos		
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	570	-
Total	**570**	**-**

a) Conforme nota explicativa nº 11.

20 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

		31/12/2022 - Valor contábil			31/12/2021 - Valor contábil		
	Nota	**Valor justo através do resultado**	**Ativo financeiro ao custo Amortizado**	**Passivo financeiro ao custo amortizado**	**Valor ajusto através do resultado**	**Ativo financeiro ao custo Amortizado**	**Passivo financeiro ao custo amortizado**
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	7	19.987	7.396	-	11.097	7.239	-
Contas a receber	8	-	2.467	-	-	2.703	-
Total		**19.987**	**9.863**	**-**	**11.097**	**9.942**	**-**
Passivos							
Fornecedores	10	-	-	189	-	-	730
Debêntures	11	-	-	114.384	-	-	115.282
Dividendos a pagar	19	-	-	570	-	-	-
Outras contas a pagar	10	-	-	433	-	-	524
Total		**-**	**-**	**115.576**	**-**	**-**	**116.536**

		2022		2021	
	Hierarquia do valor justo	**Valor contábil**	**Valor de mercado**	**Valor contábil**	**Valor de mercado**
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	27.383	27.383	18.336	18.336
Contas a receber	Nível 2	2.467	2.467	2.703	2.703
Total		**29.850**	**29.850**	**21.039**	**21.039**

		2022		2021	
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	189	189	730	730
Debêntures	Nível 2	114.384	104.092	115.282	115.282
Dividendos a pagar	Nível 2	570	570	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	433	433	524	524
Total		**115.576**	**105.284**	**116.536**	**116.536**

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis

para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

- **Nível 3 -** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	27.383	18.336
Contas a receber	2.467	2.703
Total transações	**29.850**	**21.039**

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia avaliou que não foi necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes. A Companhia não tem contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2022		**Fluxos de caixa contratuais**				
Em milhares de Reais	**Valor contábil**	**Total**	**1 ano ou menos**	**De 2 a 5 anos**	**De 6 a 10 Anos**	**Mais que 10 anos**
Passivos financeiros						
Debêntures	**114.384**	146.356	12.395	26.657	59.099	48.205
Fornecedores e outras contas a pagar	**622**	622	-	-	-	-
	115.006	**146.978**	**12.395**	**26.657**	**59.099**	**48.205**

31 de dezembro de 2021	**Fluxos de caixa contratuais**

Em milhares de Reais	Valor Contábil	Total	1 ano ou menos	De 2 a 5 anos	De 6 a 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Debêntures	**115.282**	167.028	11.513	50.566	72.125	32.824
Fornecedores e outras contas a pagar	**1.254**	1.254	1.254	-	-	-
	116.536	**168.282**	**12.767**	**50.566**	**72.125**	**32.824**

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia realizou importação de ativo imobilizado para a construção das usinas fotovoltaicas, porém em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui um contrato de debenture em operação com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação (IFRS 7 – *Financial Instrumentes: Disclosures*), a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	**Variação 31/12/2021**	**Cenário provável 31/12/2022**	**Sensibilidade**		
			Provável	**Δ + 25%**	**Δ + 50%**
Risco de aumento das taxas de juros e índices IPCA (a)	5,62%	5,31%	5,31%	6,64%	7,97%

Risco de aumento das taxas de juros e índices CDI (b)		12,39%	12,37%	12,37%	15,46%	18,56%

			Sensibilidade				
Risco de aumento (passivo)	**Índice**	**Saldos em 31/12/2022**	**Provável**	**Δ + 25%**	**Δ + 50%**	**∇ - 25%**	**∇ - 50%**
Debêntures	IPCA	(114.384)	(6.074)	(7.592)	(9.111)	(4.555)	(3.037)
Total		**(114.384)**	**(6.074)**	**(7.592)**	**(9.111)**	**(4.555)**	**(3.037)**
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	**19.987**	**2.472**	**3.090**	**3.709**	**1.854**	**1.236**

a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Boletim Focus
b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

21 Demonstração dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa nº7.

b) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	**2022**	**2021**
Dividendos a pagar	14	570	-
Distribuição de dividendos	14	(570)	-
Fornecedores	10	(766)	(4.370)
Aumento de capital	14	766	4.370
Imobilizado	9	-	(1.148)
Provisão para desmobilização	12	-	1.148
		-	**-**

22 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

23 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	Consolidado					
	2023	**2024**	**2025**	**2026**	**2027 a 2037**	**Total**
TUST/TUSD (a)	(1.829)	(1.495)	(1.549)	(1.596)	(21.206)	(27.675)
Seguros e garantias (b)	(247)	(256)	(264)	(271)	(3.617)	(4.655)
Contratos de (O&M) (d)	(1.541)	(1.122)	(1.162)	(1.197)	(14.463)	(19.485)

Arrendamento (e)	(330)	(344)	(368)	(382)	(4.988)	(6.412)
Outros (f)	(1.559)	(1.282)	(1.323)	(1.362)	(18.338)	(23.864)
Total	**(5.506)**	**(4.499)**	**(4.666)**	**(4.808)**	**(62.612)**	**(82.091)**

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)
Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/22 a junho/23) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2022/2023.

b) Seguros e garantias
A Companhia possuí contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguração das plantas fotovoltaicas.

c) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)
A Companhia possuí contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos
A Companhia possuí contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros
A Companhia possuí outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

24 Eventos subsequentes

Em 10 de fevereiro de 2023, a controladora da Companhia, procedeu com a subscrição do Capital social no valor de R$ 766, que fora integralizado em 2022, conforme nota explicativa nº 14.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *